

Workshop Internacional sobre Orçamentos com Impacto de Género
Centro de Informação Urbana de Lisboa – Picoas Plaza
14 de junho de 2018 09H30

SESSÃO DE ABERTURA:

- Rosa Monteiro – Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade

ENTIDADE ORGANIZADORA:

PPDM.

QUERO começar por cumprimentar os/as representantes:

- UK Women's Budget Group – Janet Veitch
- Governo Austríaco – Elfriede Fritz e Petra Gschiel
- Governo Sueco – Helen Forslind
- Lobby Europeu das Mulheres – Mary Collins
- CIG – Presidente – Teresa Fragoso
- DGO – Sub-Diretora Geral do Orçamento - Anabela Vilão

Agradecer a **presença de todos e de todas** na participação neste Workshop, em especial à Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres por ter aceitado este desafio de implementar este processo conducente à concretização do Orçamento de Estado com Impacto de Género.

Enquanto ferramenta de mainstreaming de género verdadeiramente transformadora, os orçamentos com impacto de género estão previstos em Portugal, já desde o II Plano Nacional para a Igualdade que entrou em vigor em 2003, sem que nunca se tenham concretizado.

Na realidade, e de forma mais global, devemos reconhecer que tem sido limitada a eficácia do mainstreaming de género no nosso país, mais

assente nos planos nacionais do que na efetiva transformação das instituições, das administrações e das políticas.

O mainstreaming implica mudanças profundas no estabelecer de prioridades, na definição, planeamento, implementação e monitorização de políticas. Requer novas ferramentas de diagnóstico (*gender analysis*), de planeamento; novas decisões orçamentais (*gender budgeting*); e um modelo diferente de gestão de recursos humanos e da sua formação (*gender training*); implica o desenvolvimento de *expertise* e pericialidade, e a revisão de procedimentos institucionais. Nessa medida, ele desafia práticas institucionalizadas e compete por recursos escassos, seja tempo ou financiamento.

Quisemos contribuir para esta maior efetividade do mainstreaming ao desenhar a nova Estratégia para a Igualdade e Não Discriminação: Portugal + Igual, (já publicada) que se apresenta como um verdadeiro documento de planeamento participado e comprometido – que conta com uma matriz robusta de indicadores e de orçamentação inédita nos nossos planos nacionais.

Como ferramenta de mainstreaming, os orçamentos com impacto de género partem do reconhecimento de que os orçamentos nacionais são instrumentos fundamentais para o desenvolvimento de políticas públicas igualitárias, já que a sua aplicação tem diferentes impactos sobre os homens ou as mulheres, devido às diferentes condições, necessidades e estatuto que detêm na sociedade.

São a via para evitar a reprodução das desigualdades, **promovendo uma repartição mais equilibrada dos recursos entre homens e mulheres**,

promovendo a **transparência, bem como a eficácia e eficiência da despesa pública** – isto porque permitem que as políticas orçamentais sejam desenhadas e dirigidas especificamente às necessidades e características de homens e mulheres, evitando, assim, desvios que se podem traduzir em perdas e em desequilíbrios.

A sua importância é tanto maior quanto se verifiquem contextos de retração ou mesmo de crise económica, como aqueles que vivemos, onde os custos diferenciados para as mulheres de certas medidas de política nunca foram analisados.

A título de exemplo - O congelamento do salário mínimo afeta desproporcionalmente as mulheres já que são elas quem na sua maioria o auferem.

Ou, se se desinveste nos sistemas de transportes públicos ou se se aumentam os preços dos transportes públicos, essa política vai afetar drasticamente e desproporcionalmente as mulheres, amplificando as suas desvantagens em termos de despesa e de dificuldades acrescidas de conciliação – isto porque se sabe que mais de 70% das pessoas que utilizam os transportes públicos são mulheres.

Mas quando num orçamento (ex. OE2018) se aumenta o número de camas nos serviços de cuidados continuados, pode-se estimar um impacto muito positivo sobre as mulheres, que são as principais responsáveis pelos cuidados a pessoas dependentes, o que as libertará para continuarem a trabalhar, por exemplo.

O Governo incluiu na **Lei do Orçamento de Estado para 2018**, um artigo referente aos orçamentos com impacto de género, definindo o procedimento necessário tendo em vista a apresentação de uma proposta de lei à Assembleia da República, no final deste ano, que institua a obrigatoriedade de elaborar um relatório anual sobre a implementação de orçamentos com impacto de género.

Para o concretizar:

Mobilizámos expertise fundamental à concretização deste processo, com o envolvimento da PpDM e a sua rede de especialistas,

Selecionámos áreas governativas prioritárias para este primeiro exercício, designadamente

- Ministério das Finanças
- Ministério da Administração Interna
- Ministério da Justiça
- Ministério do Trabalho, da Solidariedade e da Segurança Social
- Ministério da Saúde
- Ministério da Educação

Quero hoje aqui agradecer às pessoas representantes destas áreas governativas e da administração pelo empenho e qualificação com que participam neste projeto comum. O meu bem-haja.

Estes/as representantes dos departamentos governamentais envolvidos procederam à **escolha de uma área de despesa** onde a informação a

retirar do ponto de vista do impacto em função do género pudesse ser mais relevante, ou seja, setores de atuação, programas, planos, estratégias, etc., ou, de uma determinada linha, rubrica ou programa orçamental, mais suscetíveis de terem um impacto significativo ou de constituir uma mais-valia no que se refere à igualdade entre mulheres e homens.

Neste momento, após a realização de várias e profícuas reuniões sectoriais, pretende-se que os/as representantes dos departamentos governamentais envolvidos procedam à **elaboração de um relatório estratégico referente à análise de género nas respetivas políticas públicas setoriais** e a sua tradução na construção de orçamentos com impacto de género.

Queremos também aprender e partilhar experiências, dificuldades e estratégias com interlocutores de outros países o que justifica a importância deste workshop que nos trará os casos do Reino Unido, Áustria ou da Suécia.

O conhecimento do seu trabalho representa uma mais valia na preparação para as dificuldades que este processo enfrentará no nosso país – se fosse fácil já estava feito!

Conto com a colaboração de todas as pessoas aqui presentes nesta luta coletiva pela efetividade da igualdade - uma igualdade que não vive apenas de estudo, legislação, planos e de controvérsias.

Da minha parte, estou empenhada neste trabalho conjunto e desejo-vos um dia rico e produtivo de reflexão e debate.

Muito Obrigada.